

## Portugal e Espanha em 1856: a díspar evolução política do liberalismo peninsular

### O SIGNIFICADO DE 1856

O pronunciamento de O'Donnell em Vicálvaro, que deu início em Espanha, a partir de Julho de 1854, ao chamado biénio progressista, estabeleceu neste país um sistema político que, aos olhos do novo governo a que o general Espartero veio a presidir, parecia assemelhar-se ao que então existia em Portugal. E, realmente, desde Abril de 1851, e como resultado de outro levantamento militar, encabeçado neste caso pelo marechal Saldanha, tinha-se instaurado no país vizinho um regime, a *Regeneração*, caracterizado por uma estabilidade política e institucional que punha fim às vias extrapolíticas de acesso ao poder, até então consubstanciais ao liberalismo luso. Este suposto paralelismo político possibilitava um entendimento diplomático entre ambos os países, sustentado no carácter moderadamente liberal dos seus fundamentos constitucionais e numa aposta firme no desenvolvimento de um programa modernizador que tinha nas infra-estruturas ferroviárias o seu símbolo e o seu principal ponto de mira<sup>1</sup>. Durante este período, as relações entre os governos peninsulares atravessaram um clima de perfeito entendimento. No caso português, ajudou a consolidar o funcionamento do novo regime, fundado no Acto Adicional da Carta Constitucional, afastando os temores de uma acção de força por parte do moderantismo espanhol, sempre

---

\* Instituto de Educação Secundária «Jaranda», de Jarandilla de la Vera, Cáceres.

<sup>1</sup> Encontramos uma das primeiras aproximações ao paralelismo dos regimes espanhol e português durante o biénio progressista no epílogo de Nelson Durán, *La Unión Liberal y la Modernización de la España Isabelina. Una Convivencia Frustrada. 1854-1868*, Madrid, Akal, 1979, p. 345.

disposto a devolver os *cabralistas* ao poder; no caso espanhol, permitiu afugentar os riscos que então se temiam de um ressurgimento das forças carlistas pela fronteira portuguesa<sup>2</sup>. Apesar desta aparente semelhança, a realidade social e política de Espanha e Portugal era bem diferente, como viria a demonstrar a díspar evolução dos sistemas liberais que teve lugar num e noutro país.

1856 marca um ponto de inflexão transcendental no desenvolvimento político peninsular, não só porque em Julho desse ano O'Donnell se encarregou de defenestrar Espartero do poder e de liquidar, da mesma assentada, o processo constitucional que ele próprio iniciara dois anos antes. Também em Portugal, um mês antes, teve lugar uma importante viragem no desenvolvimento político do novo sistema da *Regeneração*, provocada pela demissão de Saldanha da chefia do governo. Dava-se assim, em Portugal, fim a um longo período de tranquilidade pública que tivera nos líderes do Partido Regenerador — Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo — os esteios da renovação política e o primeiro impulso modernizador do país. Foi precisamente esta política de fomento que veio a provocar os problemas financeiros que estiveram na origem da crise parlamentar e ministerial que motivou o fim da primeira etapa do governo regenerador. Com efeito, o impulso que Fontes tentou dar ao país — «fazer muito em pouco tempo», modo como o então ministro de Espanha em Portugal<sup>3</sup> qualificava esta política — e que recebia o beneplácito das próprias forças progressistas resultou em encargos orçamentais que dificilmente poderiam sustentar-se sem uma profunda transformação do sistema financeiro português. Foram os projectos de renegociação da dívida com os credores estrangeiros e principalmente, da reforma fiscal elaborada que serviram de desculpa e estímulo para que se produzisse uma mudança de governo já então exigida pelas forças da oposição.

E a verdade é que, nessa altura, os progressistas portugueses, reagrupados no novo Partido Histórico, encontravam-se num processo de reorganização e refundação que deveria torná-los uma alternativa à hegemonia política do Partido Regenerador. Não se deve esquecer que, por detrás da leve aparência de um certo consenso partidário em torno dos dois primeiros governos da *Regeneração*, os antigos *setembristas* tinham sido absorvidos por um partido de centro-direita controlado sem grandes dificuldades pelo governo, que, em virtude das eleições de Dezembro de 1852, contou com uma esmagadora maioria no parlamento português. Daí que o novo Partido Histórico se tenha visto obrigado, após alguns anos de desorientação política

---

<sup>2</sup> Ignacio Chato Gonzalo, *Las Relaciones entre España y Portugal a través de la Diplomacia (1846-1910)*, Mérida, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas-Junta de Extremadura, 2004, t. 1, pp. 178-198.

<sup>3</sup> Despacho do ministro de Espanha em Lisboa, Fernando Corradi, ao ministro de Estado, 5 de Abril de 1856, arquivo do Ministério de Assuntos Exteriores (AMAE), maço H-1690.

— e quiçá também ideológica —, a redefinir os seus traços de identificação, levando-o a diferenciar-se claramente dos regeneradores e a reformular uma nova estratégia dentro das regras do jogo, que assumia como sendo as suas. Isto punha fim à até então vigente «paz regeneradora» e provocava uma mudança na atitude da oposição progressista, que a partir de então viria a apontar baterias contra o partido no poder até conseguir derrubá-lo. Para esta tarefa contou com a contribuição dos *cartistas*, que, arredados de todas as esferas do poder após o descalabro dos Cabrais, só dispunham de uma certa influência na Câmara dos Pares<sup>4</sup>. Foi precisamente, como precaução contra a oposição que nesta câmara iam encontrar as reformas financeiras do governo, o que motivou Saldanha a solicitar ao monarca uma nova câmara de pares simpatizantes, solicitação esta que colocava nas mãos do jovem rei o rumo político do país<sup>5</sup>.

A resposta de Pedro V perante esta crise ministerial torna manifesta a forte aposta da coroa em manter uma posição activa na vida política, esperando garantir o parlamentarismo e pretendendo, com certa ingenuidade, erradicar os maus costumes partidistas da configuração do pariato e dos actos eleitorais<sup>6</sup>. E fazia-o sabendo que a sua recusa colocava o país numa situação difícil, com uma câmara alta onde, apesar dos pares nomeados por Saldanha, ainda era destacada a presença de *cabralistas* e um parlamento dominado pela maioria regeneradora. A legação espanhola em Portugal interpretou de uma forma muito singular os acontecimentos vividos neste país, fazendo uma leitura dos mesmos muito diferente da que os factos pareciam atestar. Para o representante espanhol, filiado na corrente progressista, o rei actuava sob influência das forças reaccionárias, considerando a sua actuação um autêntico «golpe de Estado», que punha fim ao processo reformista iniciado em 1851 e pretendia restituir o poder aos *cartistas*. Fernando Corradi tinha pouca confiança na firmeza institucional recente, prevendo a curto prazo uma nova acção insurreccional que, tendo em conta as dificuldades para estabelecer uma formação ministerial aceitável — o próprio conde do Lavradio, então ministro de Portugal em Londres, tinha recusado o referido posto —, não dava a D. Pedro outro remédio senão voltar a chamar o duque

---

<sup>4</sup> O ministro plenipotenciário espanhol chegava, inclusivamente, a falar de uma coligação da oposição no parlamento formada por miguelistas, *cabralistas* e progressistas, que encontrava igualmente expressão na imprensa. (despacho de 16 de Abril de 1856, *ibid.*).

<sup>5</sup> Seguimos aqui a avaliação que Maria de Fátima faz da *Regeneração* (Maria de Fátima Bonifácio, *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 182-207).

<sup>6</sup> As considerações de Pedro V sobre a situação provocada por Saldanha podem ser acompanhadas na correspondência privada que este manteve com o seu tio, o príncipe (v. as cartas de 28 de Maio e 18 de Junho de 1856; Maria Filomena Mónica, *Correspondência entre D. Pedro V e seu Tio, o Príncipe Alberto*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, pp. 114-124).

de Saldanha<sup>7</sup>. Uma situação em que o diplomata espanhol via um paralelismo com a de Espanha, onde os radicais, com as mobilizações populares e insurreccionais em diversos pontos do país, tentavam forçar uma viragem do governo à esquerda, o que punha em risco a sua própria sobrevivência e podia provocar a lógica reacção dos moderados, como viria a suceder pouco tempo depois<sup>8</sup>. O próprio governo espanhol — pelo menos assim o manifestava o ministro de Estado — partilhava plenamente esta visão errónea dada pelo seu ministro em Lisboa, temeroso de que existisse um plano conjunto das forças radicais e reaccionárias de ambos os países tendente a derrubar o processo reformista iniciado em 1851 em Portugal e em 1854 em Espanha, com o qual tanto se identificava e afirmava partilhar princípios e objectivos. E por esse motivo instruiu a legação espanhola para que tratasse de influenciar as principais personagens do país vizinho com o objectivo de evitar a mudança de política dessa nação fosse no sentido de um regresso ao moderantismo, fosse no sentido de um radicalismo que fizesse perigar a ordem e a estabilidade<sup>9</sup>.

Nomeado em Portugal o novo governo, sob a presidência do marquês de Loulé e com a presença de membros conotados com o Partido Histórico, o ministro de Espanha em Lisboa continuava a acreditar — equivocadamente — que na sua formação existiam, todavia, «desígnios da reacção». Considerava os novos ministros — e ainda antes de que estivesse completo o elenco governamental — figuras medíocres e de escasso significado político, e que também não era fácil situar, dizia, no espectro partidário, «por causa das profundas alterações que de há cinco anos a esta parte têm sofrido todos os partidos deste Reino, e do muito que se têm misturado e confundido homens dos mais diferentes princípios»<sup>10</sup>. Neste estado de coisas, o que preocupava o diplomata espanhol era a posição que podia adoptar o exército e sobre ele, o próprio Saldanha, que mantinha, contudo, o posto de general-chefe das forças armadas. Na sua peculiar visão da nova situação política, Fernando Corradi ia ainda mais longe, considerando que o ministério, que já na altura se dizia que seria completado com a chegada de duas personagens de antiga filiação *cabralista*, como eram Ávila e o visconde de Algés, era a forma encontrada pelo monarca para alcançar um «governo pessoal» de intenso carácter conservador. Deste modo, a defenestração de Saldanha, que devia completar-se com a aceitação da sua demissão do alto comando do

---

<sup>7</sup> Despacho de 3 de Junho de 1856, maço H-1690.

<sup>8</sup> Despacho de 16 de Abril de 1856, *ibid.* Em relação à conflitualidade reinante em 1856 e à divisão existente entre os progressistas, v. G. Kiernan, *La Revolución de 1854 en España*, Madrid, Aguilar, 1970, pp. 205-216 e 231-245.

<sup>9</sup> Real ordem de 7 de Junho de 1856, *ibid.*

<sup>10</sup> Despacho de 8 de Junho de 1856, *ibid.*

exército, acabou por ser, aos olhos da interpretação particular dos factos dada pelo representante espanhol, fruto da vingança e da traição de Pedro V, que viria devolver Portugal à situação política anterior<sup>11</sup>.

Entretanto, o governo de Loulé assumia-se como continuador da política reformista do seu antecessor, se bem que não se comprometesse a manter as reformas fiscais projectadas por Fontes. Ainda nos primeiros dias das suas funções ministeriais, o representante espanhol detectava a passividade da sua acção governamental, que identificava com a divisão e rivalidades existentes nas fileiras progressistas e a consequente incapacidade para levar a cabo uma política coerente. Efectivamente, dentro do novo Partido Histórico existia já na época uma corrente que pretendia que a mudança ministerial se reflectisse, realmente, numa significativa mudança da política do governo, e não numa simples mudança de pessoas. E, se é certo que o projecto modernizador se mantinha como elemento do ideário progressista, este devia realizar-se mediante uma política financeira baseada nas «economias» e, consequentemente, embora possa parecer contraditório, num maior controlo da despesa pública. Além disso, devia incluir uma maior preocupação com outros factores não estritamente materiais, que contribuíam mais decisivamente para conduzir ao verdadeiro progresso do povo, e que se situava ao nível das consciências. Porque, na realidade, na nova estratégia idealizada pelo Partido Histórico, o respeito pelo regime estabelecido no Acto Adicional da Carta não implicava prescindir dos seus mais altos objectivos políticos, sobretudo para os radicais, que esperavam a gradual e progressiva, contudo decidida, democratização do país. Não obstante, o caminho para o conseguir não estava relacionado, como anteriormente, com a tomada — mais ou menos violenta — do poder e a transformação, a partir de cima, do regime vigente a golpes de reformas constitucionais. Agora os esforços concentravam-se num processo que bem poderia considerar-se socializador ou educativo, mais ou menos lento, através do qual a nação viria, por si mesma, a exigir e a estabelecer, naturalmente, as metas do progressismo: uma Câmara dos Pares eleita; uma política financeira e fiscal restritiva; o fomento da educação popular; a secularização do Estado e o desenvolvimento do laicismo na sociedade. Um processo que ia ainda mais longe para os radicais, cujo objectivo político, mantendo o seu respeito pelo sistema constitucional existente e projectando-o a partir das fileiras do Partido Histórico, consistiria em conseguir, num prazo não muito distante, republicanizar a própria monarquia<sup>12</sup>.

A visão conspirativa que o representante espanhol e o ministro de Estado traçavam da mudança ministerial em Portugal era o resultado de uma con-

---

<sup>11</sup> *Ibid*; despacho de 12 de Junho de 1856, AMAE, maço H-2630.

<sup>12</sup> V. o capítulo «A republicanização da monarquia (1858-1862)», in Maria de Fátima Bonifácio (1999), pp. 240-362.

cepção política e partidária que havia de ser a do unionismo de então, que, aos seus olhos, fazia perigar o seu projecto centrista devido à acção desestabilizadora do radicalismo de progressistas puros e democratas e à ameaça reaccionária de moderados e carlistas. Da mesma forma, receavam a conjuntura internacional, que não consideravam nem afim nem favorável a um governo moderado em Espanha. Daí que a leitura da crise governamental tenha sido feita com as chaves que entendiam inerentes à situação política interna. Porque, para determinados membros do governo espanhol, a Península seria objecto de um plano conjunto nacional e internacional que tinha como meta restabelecer a reacção e a paralisação do processo reformista em curso. Um plano que asseguravam receber o apoio do governo imperial francês e para o qual trabalhavam os mais destacados líderes do moderantismo espanhol, em conluio com os cabralistas portugueses<sup>13</sup>.

Se esta conspiração — a que o gabinete espanhol conferiu alguma aparência de realidade — existia ou não realmente, no mês de Julho deu-se a saída de Espartero do governo e o encerramento das Cortes Constituintes<sup>14</sup>. Neste caso, tal como sucedeu na mudança ministerial lusa, a coroa representou um papel destacado, sendo cúmplice do golpe-de-mão realizado por O'Donnell. Ainda que alguns deputados — progressistas puros e democratas — tratassem de negar a legalidade do novo governo e manter vivas as Constituintes e de que a milícia nacional tenha oferecido uma certa resistência em Madrid e nas províncias face às tropas regulares comandadas pelos oficiais unionistas, a passividade de Espartero e a sua decisão de não tomar parte na disputa deixaram o campo livre à União Liberal, que veio, assim, a apoderar-se das rédeas do Estado. Com a situação ganha, era restituída a Constituição de 1845, promulgando-se uma acta adicional, à semelhança, precisamente, da que fora estabelecida em Portugal, e com a qual O'Donnell tentaria edificar um regime estável, livre dos excessos do progressismo e como alternativa ao que fora implantado pelos moderados<sup>15</sup>. Para sua desgraça, derrubada a estrutura revolucionária construída nos últimos dois anos, e mantendo da obra do biénio apenas o que se referia à desamortização eclesiástica<sup>16</sup>, o regime que auspiciava ficava à mercê da rainha e do partido

---

<sup>13</sup> Despacho de 10 de Maio de 1856, AMAE, maço H-2630.

<sup>14</sup> Fernando Garrido, *Historia del Reinado del Último Borbón*, vol. III, pp. 285-302; Juan Valera, *Historia General de España (por Modesto Lafuente)*, t. XXIII, pp. 221-230.

<sup>15</sup> Marquês de Miraflores, *Historia del Reinado de Isabel II, Memorias del Reinado de Isabel II*, «Biblioteca de Autores Españoles», Madrid, Atlas, 1964, t. III, pp. 180-186.

<sup>16</sup> Os próprios unionistas foram significativamente beneficiados pelo processo desamortizador iniciado pelos progressistas e não estavam dispostos, apesar da oposição demonstrada pela coroa, a paralisá-lo [Francisc Martínez Gallego, *Conservar Progresando: la Unión Liberal (1856-1868)*, Valência, Centro Francisco Tomás y Valiente UNED, 2001, pp. 19-20].

moderado. O regresso de Narváez a Espanha significaria o fim da primeira experiência unionista, sendo nomeado este general no mês de Outubro presidente de um governo de carácter marcadamente reaccionário, representado pela figura do ministro neocatólico Cándido Nocedal<sup>17</sup>.

Em Portugal, findas as primeiras semanas de governo do ministério progressista comandado pelo marquês de Loulé, não restavam dúvidas, nem sequer à legação espanhola em Lisboa, da sua filiação política. Tornava-se assim manifesta, descartada qualquer possibilidade de que a mudança ministerial viesse a significar uma viragem reaccionária, tal como Fernando Corradi imaginara, a diferença de orientações políticas que se desenhavam na Península. Enquanto em Espanha o breve período unionista dava lugar, a 12 de Outubro, a um governo presidido por Narváez e formado pelos elementos mais severos do moderantismo, em Portugal viria a confirmar-se a primeira alternância partidária, sendo agora a vez de os progressistas estarem encarregados de assegurarem a consolidação política do sistema regenerador. Deste modo, a anterior semelhança de regimes políticos que pareciam ter encarnado, uns meses antes, o governo dos regeneradores em Portugal e a coligação de unionistas e progressistas no gabinete espanhol era substituída por uma evidente assimetria partidária. Em consequência, o entendimento diplomático anterior dava lugar a uma nova etapa de receio, especialmente para Loulé e seu governo, que não deixavam de ver com certa apreensão o regresso ao poder de Narváez e dos moderados. Uma desconfiança que os motins populares que, em Agosto de 1856, foram provocados pela crise de cereais e pela subida dos preços do pão na capital portuguesa<sup>18</sup> tornariam patente.

A primeira impressão que o representante de Espanha em Lisboa teve dos distúrbios ocorridos em Lisboa foi a falta de firmeza mostrada pelo governo na contenção da desordem. A Guarda Municipal exhibia abertamente a sua simpatia pelos manifestantes e o próprio exército mantinha uma atitude passiva e de inércia perante as alterações da ordem. Esta situação parecia encorajar e exaltar os actos insurreccionais, multiplicando-se as mobilizações e os ataques às padarias<sup>19</sup>. De facto, parecia que o gabinete de Loulé actuava com premeditada leniência, fruto, principalmente, da sua debilidade e da falta

---

<sup>17</sup> O novo governo revogou a acta adicional decretada pelo anterior ministério de O'Donnell, paralisou a política desamortizadora e restabeleceu a plena vigência da Concordata de 1851 (marquês de Miraflores, *op. cit.*, pp. 175-176).

<sup>18</sup> Com o regresso dos moderados ao poder, Fernando Corradi foi substituído à frente da legação espanhola em Lisboa por Juan Bautista de Sandoval, que exerceu a chefia interinamente até à nomeação de Luis López de la Torre Ayllón.

<sup>19</sup> O cônsul-geral de Espanha em Lisboa informava da responsabilidade que o próprio governo tivera, desde o seu início, nestes motins devido à falta de energia demonstrada e à indisciplina do exército (despacho do cônsul-geral de Espanha em Lisboa, 11 de Agosto de 1856, AMAE, maço H-2630).

de um apoio firme tanto do exército como das fileiras do seu próprio partido. A atitude subversiva parecia alastrar e atingir, inclusivamente, a tropa, o que estava a provocar o receio de que viesse a derivar num movimento militar<sup>20</sup>. Tanto o cônsul-geral como o ministro plenipotenciário não deixavam de se surpreender com o alcance desta sublevação popular, que estava em contradição com um dos lugares-comuns que a diplomacia espanhola tinha estabelecido em relação ao país vizinho: «a sensatez e a docilidade que distinguem o povo português». Daí que ambos considerassem que esta mobilização não poderia ter resultado da simples carestia de pão ou da acção dos especuladores, o que, de resto, tinha sido descartado, e se inclinassem para a existência de um plano premeditado que teria como objectivo derrubar o governo de Loulé<sup>21</sup>. Também na imprensa portuguesa se colocava esta hipótese, se bem que se tornasse difícil chegar a identificar a força política responsável por estes desaforos. Tanto que os candidatos a protagonizarem uma acção deste tipo poderiam ser de qualquer um dos partidos da oposição: miguelistas, *cabralistas* ou os próprios regeneradores, estes últimos com o objectivo de restituírem o poder ao general Saldanha e afirmarem-se como o único partido político capaz de manter a ordem e tranquilidade no país. Fossem quem fossem os instigadores, o ministro de Espanha em Lisboa, depois de falar com o ministro do Reino — Silva Sanches —, confirmava a existência de tal complô, que poderia ter resultado da «debilidade do governo e da pouca confiança que lhe inspiram as forças armadas de que dispõe». Daí que o ministério tenha actuado com essa brandura, vendo-se «obrigado a actuar com muita prudência a fim de evitar novos e mais terríveis conflitos» e confiando que «conjuraria a tempestade com paliativos, exortações e actos de tolerância e indulgência»<sup>22</sup>.

Deste modo, o governo de Loulé, desde o princípio, no que se refere à sua política de progressismo temperado, caracterizava-se pela sua posição difícil entre as restantes forças políticas, competindo directamente com o Partido Regenerador, à sua direita, que disputava a facção governamental — e que viria a conhecer-se como *unha branca* —, com grande parte do centro político, que o próprio Loulé representava, e recebendo, da sua esquerda, os constantes desafios do radicalismo — a *unha preta* —, que tentaria ultrapassar a linha de conduta traçada pelo gabinete histórico. Este difícil equilíbrio político entre o centro e o radicalismo transformaria a acção

---

<sup>20</sup> O ministro de Espanha em Lisboa avisava que no regimento acantonado em Belém se tinha produzido uma preocupante insubordinação. A opinião pública alarmava-se perante a possibilidade de que esta situação viesse a repetir-se noutras quartéis da capital (despacho de 14 de Agosto de 1856, AMAE, maço H-2630).

<sup>21</sup> Despacho de 11 de Agosto de 1856, *ibid.*

<sup>22</sup> Despacho de 20 de Agosto de 1856, *ibid.*



do governo numa marcada passividade, que no caso de Loulé poderia mesmo chamar-se indolência, e que iria encontrar a sua principal expressão na situação parlamentar saída das eleições de Novembro de 1856. Um parlamento com uma importante minoria regeneradora e uma maioria dissidente ou «popular», que colocavam o governo numa posição difícil entre ambos os lados do arco político, e um pariato que permanecia nas mãos dos elementos mais conservadores e no qual o gabinete quase não tinha nem presença nem elementos de valor<sup>23</sup>.

Podemos afirmar, portanto, que de Junho a Novembro de 1856 sucederam em Portugal acontecimentos com especial significado para a consolidação do sistema regenerador, que viria a completar e encerrar o processo iniciado cinco anos antes com o pronunciamento de Saldanha. Em primeiro lugar, produziu-se a primeira mudança pacífica, ordeira e legal do poder, depois da saída dos regeneradores e da entrada dos históricos, sem que isto tenha significado quaisquer alterações da ordem vigente nem o questionamento das bases constitucionais. Uma mudança política que, apesar de certos intentos desestabilizadores ocorridos na capital em consequência dos motins de Agosto, se deu sem uma intervenção do poder militar — e muito especialmente do próprio marechal —, que se manteve completamente alheio à transferência de poder. Este facto significa a confirmação da via civilista do liberalismo português e o afastamento definitivo do exército das lutas partidárias, causa e efeito de uma legitimidade que consolidava o funcionamento da Regeneração<sup>24</sup>. Por outro lado, o papel de Pedro V e da própria coroa ficava definido no novo jogo político, garantindo-se, após o trabalho anteriormente realizado por Maria II e, mais especificamente, por Fernando de Coburgo durante o tempo de regência, o respeito da monarquia por fórmulas liberais e parlamentares alheias ao exclusivismo preexistente e respeitosas da dinâmica partidária. Por último, representa a primeira experiência governamental dos históricos, que culminava o processo de acatamento constitucional iniciado pelos progressistas lusos cinco anos antes e que supunha o seu definitivo abandono da via revolucionária. Mas este facto acarretava uma tremenda responsabilidade para os líderes progressistas nesse momento no poder, obrigados a manterem uma atitude política moderada que cumprisse as expectativas depositadas no gabinete de Loulé. Posição essa que viria a complicar-se pela própria natureza e evolução do Partido Histórico, que albergava no seu seio uma ala radical que ainda demoraria algum tempo a ganhar uma existência própria. De facto, até ao nascimento do Partido Republicano, o radicalismo em Portugal manteve-se parte intrín-

---

<sup>23</sup> V., a este respeito, Bonifácio (2001), pp. 991-992.

<sup>24</sup> V., a este respeito, Vasco Pulido Valente, *Os Militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1997, pp. 53-58.

seca do progressismo, firme no propósito de converter o Partido Histórico e, em consequência, o próprio sistema político às suas posições democratizadas. Um objectivo que encontraria na secularização do Estado, na laicização da sociedade, no patriotismo e no anticlericalismo um extraordinário campo de acção onde fazer assentar o seu corpo ideológico e levar a cabo a sua estratégia de reforma social.

## AS RELAÇÕES ENTRE OS GOVERNOS PENINSULARES

A data de 1856 ganha também um especial significado no que respeita às relações hispano-lusas, que, embora não possam ser consideradas determinantes, de certa forma condicionam a evolução política de um e outro país. Não devemos esquecer que na década anterior, e inclusivamente antes da intervenção militar espanhola na *Patuleia*, o avanço do liberalismo em Portugal não pôde evitar ser feito com um olho posto em Espanha para prevenir que os moderados pudessem chegar a intervir se o rumo político do país se distanciasse dos fundamentos conservadores e se os *cabralistas* acabassem sendo derrubados do poder, como ocorreu em 1851. Em consequência precisamente do pronunciamento militar de Saldanha, o governo de Bravo Murillo orquestrou uma intensa actividade diplomática com o objectivo de conseguir os apoios suficientes — e entre eles a inevitável aquiescência britânica — que permitiram uma nova ingerência armada espanhola em Portugal. De facto, o gabinete moderado considerou, nos meses imediatamente posteriores ao pronunciamento do marechal, que os rescaldos da vaga revolucionária de 1848 podiam, em Portugal, ser reacesos pelo sopro que reavivara o perigo revolucionário na Península<sup>25</sup>. Daí o alívio que para o governo de Saldanha supôs, anos depois, o triunfo do pronunciamento de O'Donnell e a reacção mais do que favorável que o gabinete português demonstrou pela chegada dos progressistas ao poder. Mas a viragem política que, em 1856, conduziu em Espanha, primeiro, à saída de Espartero e, depois, à substituição dos unionistas, com o regresso final de Narváez ao poder, coincidindo, em Portugal, com a chamada dos progressistas para formarem governo, manifestou novamente uma preocupante disparidade política entre um e outro Estado. Ambos os governos oportunamente deram conta desta situação desde o início, o que veio a reflectir-se em consequência dos motins de Agosto de 1856, a que já nos referimos.

O representante de Espanha em Portugal, a propósito das desordens, solicitou ao seu governo a adopção urgente de medidas para prevenir qualquer possível evolução das circunstâncias nesse país. Pediu o envio de

---

<sup>25</sup> Chato Gonzalo (2004), t. 1, pp. 31-100. As tentativas do gabinete espanhol para conseguir o beneplácito internacional para uma nova intervenção militar em Portugal prolongaram-se pelo Verão de 1851. A negativa da Inglaterra, contrária a uma nova ingerência espanhola, e a própria evolução dos acontecimentos desbarataram esta tentativa.

navios de guerra espanhóis para o porto da capital, com o objectivo principal de proteger os interesses dos súbditos dessa nacionalidade residentes em Lisboa, mas pretendendo, igualmente, exercer, com a presença de barcos da armada espanhola — tal como o haviam feito os governos de Paris e Londres —, uma influência intimidatória que evitasse qualquer desvario revolucionário. Para este último propósito recomendou igualmente que na fronteira espanhola com Portugal, especialmente em Badajoz, fossem mobilizadas tropas e se reforçasse a presença militar<sup>26</sup>. O'Donnell, ainda presidente do governo, atendeu solícito à petição do plenipotenciário espanhol, enviando três navios, provindos de vários portos da Península, com destino ao de Lisboa. A presença dos barcos espanhóis no Tejo durou umas quantas semanas, o que deu azo, já no mês de Outubro, aos protestos do representante de Portugal em Madrid, conde d'Azinhaga, que transmitiu ao ministro de Estado, Pastor Díaz, a preocupação do seu governo por tal estadia, avisando que se tratava de «uma deliberação que aos olhos da Europa podia passar por hostil a Portugal e ser interpretada desfavoravelmente face ao Gabinete actual de Lisboa»<sup>27</sup>. Dava-se assim início a uma nova etapa nas relações bilaterais, que se iria caracterizar, enquanto os moderados se mantivessem no governo espanhol, pela prevenção e pelo receio.

Com o regresso dos moderados e de Narváez ao poder, a susceptibilidade do governo português viria a aumentar, sempre atento a qualquer movimentação das tropas espanholas que pudesse pôr em perigo a situação política existente. Assim aconteceu em Maio de 1857, quando, por causa da presença de um contingente militar superior ao normal junto à fronteira portuguesa, o então representante luso em Madrid, Luiz Pinto de Soveral, pedia explicações ao marquês de Pidal, que então ocupava, interinamente, a pasta de Estado. O ministro português negava o «falso pretexto» que circulava acerca do motivo que tinha dado origem a semelhante actividade militar e que não era outro senão o de reforçar a fronteira em virtude da presença de facções miguelistas nessa zona. O marquês de Pidal confessou que desconhecia sequer a existência de semelhante acção do exército, mas dava a Pinto de Soveral todas as garantias do seu governo de «que nenhuma intenção hostil devia ser atribuída a esse movimento (se por acaso existisse) contra Portugal, país com o qual ele e os demais membros do Gabinete desejavam não só viver na maior harmonia, como contribuir o mais possível para aumentar e cimentar as melhores relações de amizade e boa vizinhança»<sup>28</sup>.

Entretanto, a opinião da legação espanhola sobre a situação do governo de Loulé mantinha-se praticamente inalterada. Nos primeiros meses de 1857, e com a crise ministerial de que o gabinete padecia desde a sua origem ainda por

---

<sup>26</sup> Despacho de 14 de Agosto de 1856, AMAE, maço H-2630.

<sup>27</sup> Ofício do representante de Portugal em Lisboa, 12 de Outubro de 1856, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, archivo del Ministerio de Negocios Extranjeros (AMNE), delegação de Madrid, caixa n.º 114.

<sup>28</sup> Ofício de 30 de Maio de 1857, AMNE, caixa n.º 115.

resolver, o representante espanhol, Juan Bautista de Sandoval, reafirmava a dura oposição que o ministério iria encontrar na Câmara dos Pares, onde os *cabralistas* e os regeneradores constituíam a esmagadora maioria e na qual, unidos, podiam provocar facilmente a sua queda<sup>29</sup>. Finalmente, a crise resolveu-se a 14 de Março com a remodelação do gabinete e a entrada de três novos ministros: Ávila, Carlos Bento e Vicente Ferrer. Para o plenipotenciário espanhol era Ávila, que desempenharia a estratégica pasta das Finanças, quem estava chamado a tornar-se a figura-chave do governo. A sua origem *artista* — fora ministro no último governo do conde de Tomar — assegurava a Loulé os apoios da facção *cabralista* na Câmara dos Pares, tal como esta reconhecera na apresentação dos novos ministros, e que a entrada de Carlos Bento — novo ministro das Obras Públicas —, fiel seguidor de Ávila, contribuiu para confirmar. Sandoval assegurava que a maioria parlamentar, à excepção dos regeneradores, aceitava o novo elenco ministerial<sup>30</sup>. Desta forma, Loulé conseguia manter-se na chefia do governo por intermédio de uma arriscada manobra política, introduzindo no gabinete elementos políticos opostos, o par de filiação *artista* Ávila-Bento e o radicalismo de que faria gala Vicente Ferrer. Embora conseguisse os apoios parlamentares necessários para evitar ver-se obrigado à demissão, o difícil equilíbrio entre correntes políticas tão divergentes sumiria a sua acção governativa na passividade e na esterilidade. O próprio marquês de Loulé assim parecia confirmá-lo quando reiterava perante as câmaras o que afirmara meses antes, que iria continuar a política do seu antecessor, alterando unicamente o modo de angariar e administrar os recursos necessários para levar a cabo o investimento nas infra-estruturas. Uma política que, para os radicais que faziam parte do Partido Histórico, seria insuficiente.

Quanto ao governo espanhol, e neste aspecto, tanto o presidido por Narváez como os posteriores gabinetes de Armero e Istúriz estavam de acordo, a maior preocupação a respeito de Portugal era motivada pela presença de emigrados políticos nesse país. A permeabilidade da fronteira, a proximidade desta das principais cidades lusas — Lisboa e Porto —, destino habitual dos exilados, e, sobretudo, a filiação ideológica que parecia representar o governo de Loulé, afim dos postulados progressistas e mesmo democratas, faziam os moderados temerem a materialização, no país vizinho, de uma ameaça revolucionária que pudesse transtornar a ordem vigente. Daí que nos primeiros meses de 1857 a Secretaria de Estado, a cargo do marquês de Pidal, instrísse a legação espanhola em Lisboa para que empregasse todos os meios ao seu alcance na vigilância dos exilados e para que insistisse junto do governo de Loulé pela sua colaboração<sup>31</sup>. O novo ministro de Espanha em Lisboa, Luis López de la Torre Ayllón, levava a cabo a tarefa com empenho, solicitando ao presidente luso, que ocupava, além disso, as

---

<sup>29</sup> Despacho de 17 de Fevereiro de 1857, AMAE, maço H-1691.

<sup>30</sup> Despacho de 16 de Março de 1857, AMAE, Portugal, maço H-1691.

<sup>31</sup> Real ordem de 13 de Abril de 1857, *ibid.*

pastas dos Negócios Estrangeiros e do Reino, que actuasse e pusesse em prática medidas eficazes para o controlo dos emigrantes espanhóis, já que, até então, o ministério português pouco havia feito para resolver as solicitações que lhe tinham feito chegar. Não obstante, o ministro de Espanha em Lisboa fiava-se pouco na ajuda que pudesse prestar-lhe o marquês de Loulé não só pela falta de zelo político que, em sua opinião, o caracterizava, mas principalmente pela situação difícil em que se encontrava o seu governo. A necessidade de contar com o apoio parlamentar da facção mais radical, e ainda mais nesses momentos, em que se apresentava o projecto de concordata com Roma em relação ao padroado português na Índia e China, implicava a condescendência com o direito de asilo acerrimamente defendido pela *unha preta*, impossibilitando-o de se mostrar pouco hospitaleiro perante os refugiados políticos. Na opinião de Ayllón, nada podia esperar-se desse ministério, acreditando que só mediante a negociação que o governo espanhol conseguisse desenvolver em relação ao «convénio geral de vias de comunicação», acedendo a algumas exigências portuguesas, poderia obter-se alguma colaboração da sua parte quanto ao controlo dos exilados<sup>32</sup>.

Os acontecimentos ocorridos em Espanha em Julho de 1857, com a eclosão de diversos movimentos insurreccionais na Andaluzia, nos quais, ao que parece, Sixto Cámara teve um papel protagonista, vieram demonstrar a importância da actividade revolucionária do foco democrata de Lisboa e a total ineficácia do governo português na adopção de medidas de controlo dos exilados<sup>33</sup>. Fracassada a tentativa revolucionária de Julho, o governo de Narváez intensificou internamente a pressão sobre a oposição progressista e democrata. Relativamente aos exilados de Portugal, o ministro de Estado reiterou perante o representante português em Madrid a necessidade de que o seu governo adoptasse medidas urgentes contra Cámara e os restantes emigrados implicados na recente sublevação<sup>34</sup>. Do mesmo modo, instruíu Ayllón a renovar as suas exigências junto do governo português para conseguir, de uma vez por todas, a deportação de Cámara e outros exilados<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Despacho de 16 de Maio de 1857, AMAE, maço H-1691. O ministro de Estado instruíu Ayllón a que conseguisse de Loulé o confinamento dos exilados aos Açores (real ordem de 30 de Maio de 1857, *ibid*).

<sup>33</sup> Despacho de 13 de Julho de 1857, AMAE, maço H-2631. Encontra-se uma breve descrição das ocorrências do levantamento andaluz e o seu significado na evolução do Partido Democrata em Demetrio Castro Alfín, «Unidos en la adversidad, unidos en la discordia: el partido demócrata, 1849-1868», in Nigel Townson (ed.), *El Republicanismo en España (1830-1977)*, Madrid, Alianza Editorial, 1994, pp. 70-71.

<sup>34</sup> Em finais do mês de Julho, o marquês de Pidal solicitava a Pinto de Soveral que se cumprisse a promessa feita semanas antes pelo próprio Loulé (ofício de 1 de Agosto de 1857, AMNE, caixa nº 115). Soveral defendia perante o seu governo a necessidade de cumprir a petição espanhola, receando que os republicanos espanhóis pudessem criar discípulos perigosos em Portugal e, sobretudo, prevenindo possíveis conflitos decorrentes com o governo do país vizinho (ofício de 16 de Junho de 1857, *ibid*).

<sup>35</sup> Real ordem de 6 de Agosto de 1857, AMAE, maço H-1691.

O representante espanhol, céptico de que conseguisse alguma medida nesta questão, argumentava que a situação política do gabinete de Loulé o deixava de pés e mãos atados para poder aceder às solicitações que se lhe apresentavam. A total e completa dependência do ministério dos apoios dos progressistas-históricos no parlamento impossibilitava-o de se opor «aos princípios de absoluta tolerância política» que comungavam e, por isso, evitaria adoptar qualquer acção contra os exilados espanhóis, o que provocaria, de imediato, a mobilização dos radicais e da imprensa simpatizante da capital e o risco de fazer tremer a sua presença no poder<sup>36</sup>.

Em Outubro desse mesmo ano, a permissividade com a qual o governo português actuava a respeito dos exilados espanhóis viria a confirmar as ideias do plenipotenciário espanhol. O próprio Loulé admitia-o mais ou menos abertamente a Ayllón e, embora justificasse a passividade do seu ministério com a falta de indícios de que os emigrados andassem a conspirar activamente, confessava-lhe «o receio de comprometer a sua posição empregando medidas rigorosas contra gente que até certo ponto partilha o mesmo espírito de partido que sustenta o actual Ministério»<sup>37</sup>. Brandura e inércia que o governo português não só mostrava perante os democratas espanhóis, mas que eram igualmente patentes nos demais negócios públicos e que Ayllón considerava especialmente perigosas na esfera militar, em relação à qual observava um certo relaxamento da disciplina e do controlo governamental sobre o exército<sup>38</sup>.

## A RESPONSABILIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA EVOLUÇÃO DO LIBERALISMO PENINSULAR

Em Junho de 1857, López de la Torre Ayllón, que regressava ao lugar de ministro plenipotenciário em Lisboa após nove anos, chamava a atenção do seu governo para a profunda transformação que notava ter sofrido o sistema político português<sup>39</sup>. Não se enganava o diplomata espanhol ao salientar o corte transcendente que tinha implicado a *Regeneração* na evolução do liberalismo português, inaugurando uma era de estabilidade política, que contrastava com a dinâmica que iria manter-se em Espanha, ainda sujeita ao ritmo dos pronunciamentos militares, das sublevações populares e dos vaivéns constitucionais. Quando Fernando Corradi e o governo de Espartero

---

<sup>36</sup> *Ibid.* O plenipotenciário espanhol comentava que nem sequer Ávila e Bento prestariam o seu apoio a uma medida contra a permanência dos exilados espanhóis em Lisboa.

<sup>37</sup> Despacho de 11 de Agosto de 1857, *ibid.*

<sup>38</sup> *Ibid.* O representante espanhol citava, a título de exemplo, os sucessos ocorridos a 5 de Agosto no Forte de São Julião.

<sup>39</sup> Despacho de 8 de Junho de 1857, AMAE, maço H-1691.

julgavam ver, em 1856, uma forte semelhança entre o regime político espanhol e o português, enganavam-se na sua apreciação, não tanto pelas semelhanças formais, que bem podiam ser consideradas, mas pelas diferenças substanciais existentes na natureza e no funcionamento político de um e outro Estado. Nem a Vicalvarada e o movimento insurreccional que se seguiu, nem o processo constituinte do biénio, têm qualquer ponto comum com o pronunciamento militar e a consequente construção política que Saldanha inaugurou em 1851, que conseguiu a submissão constitucional de todas as forças políticas — e inclusivamente o consenso dos novos partidos, regenerador e histórico, que iriam protagonizar, quase exclusivamente, a acção do governo<sup>40</sup>, a aquiescência da coroa e o beneplácito do exército. Uma diferença que, primeiro, O'Donnell e, a seguir, Narváez iriam confirmar, pondo termo ao breve lapso de tempo que duraria o governo progressista, restituindo a vigência da Constituição de 1845 e restabelecendo uma *praxis* política baseada na exclusividade partidária e na concepção da ordem que tinham os moderados. Tornava-se então evidente a assimetria do devir do liberalismo peninsular: enquanto em Portugal parecia trilhar-se o caminho da modernização política, em Espanha o regime ficava condenado à instabilidade e às tentativas revolucionárias. Embora o governo de Loulé, como vimos, mantivesse uma posição difícil entre as diferentes forças políticas — *cartistas*, regeneradores, históricos e radicais —, o que viria a reflectir-se nas complexas combinações ministeriais, na falta de uma linha de conduta política coerente, nas dificuldades parlamentares e na ampla permissividade face à acção das oposições, em caso algum esteve ameaçada a vigência da Carta nem existiu o perigo de uma verdadeira alteração da ordem existente. O governo de Narváez, pelo contrário, adoptou uma postura firme face aos postulados moderados mais conservadores, excluindo a oposição de qualquer possibilidade de participação política e mantendo uma dura repressão, vendendo-se democratas, progressistas e também unionistas obrigados a recorrerem novamente à via insurreccional e, inclusivamente, a planearem futuras revoluções.

Não é fácil conseguir explicar esta diferença de vias na evolução dos regimes liberais de Espanha e Portugal, e menos ainda se se prescinde do recurso — e neste caso parece obrigatório — às justificações sócio-económicas<sup>41</sup>. Na comparação de ambos os processos — pelo menos os que se produzem em torno da década de 1850 —, a atenção deve concentrar-se, essencialmente, nas variáveis políticas e, dentro destas, pensamos que se

---

<sup>40</sup> Quanto à ideia do sistema político regenerador como fruto de um clima de consenso entre os partidos, v. José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso. A Política e os Políticos entre 1851-1861*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001.

<sup>41</sup> Este argumento seria já assinalado em Nelson Durán de La Rúa, *op. cit.*, pp. 343-347.

deve centrar, de forma especial, no papel desempenhado pelas forças ou facções políticas. Embora isto não implique deixar de reconhecer o peso específico de duas instituições principais, como o são a coroa e o exército, no cenário das lutas partidárias, o protagonismo e a responsabilidade devem recair nos próprios partidos, nos posicionamentos das suas elites, nas decisões adoptadas pelos seus notáveis e no seguimento que lhes deram as suas bases<sup>42</sup>.

Se Saldanha conseguiu o êxito do projecto regenerador que encabeçou em 1851, isso deveu-se fundamentalmente a que, anteriormente, a posição e a atitude das diferentes facções políticas se tinham deslocado o suficiente para o permitirem. Se o *cabralismo* — e com ele o *cartismo* — foi varrido da cena política portuguesa, foi porque os pressupostos do moderantismo se tornaram, nesse país, desnecessários, coisa que grande parte dos próprios *cartistas* — e o caso do marechal é o mais assinalado — já há algum tempo assumia e tentava levar às suas ultimas consequências. O conde de Tomar, assim como o programa moderado que encarnava e que podemos claramente identificar com o representado por Narváez, há já algum tempo que se tinha tornado uma figura dispensável, dado que a ameaça revolucionária em Portugal tinha deixado de justificar a sua presença<sup>43</sup>. Isto significa que o *setembrismo* conseguiu dar a imagem de partido pouco propenso a desvarios insurreccionais e estar em condições de respeitar um sistema político dife-

---

<sup>42</sup> Reconhecendo à coroa um certo espaço de acção autónomo e determinante, e inclusivamente a sua responsabilidade por manter uma linha de conduta parcial e reprovável, seguimos aqui a interpretação que considera a monarquia de Isabel II um instrumento nas mãos de determinados grupos de poder e, muito especialmente, dos moderados (v., a este respeito, Isabel Burdiel, *Isabel II. No Se Puede Reinar Inocentemente*, Madrid, Espasa, 2004, e «La consolidación del liberalismo y el punto de fuga de la monarquía», in Manuel Suárez Cortina (ed.), *Las Máscaras de la Libertad*, Madrid, Fundación Práxedes Mateo Sagasta-Marcial Pons, 2003, pp. 101-133, Francisc Martínez Gallego, «Isabel II y os políticos en camisa», in Juan Sisinio Pérez Garzón, *Los Espejos de la Reina*, Madrid, Marcial Pons, 2004, pp. 37-60, e Antonio Morales Moya, «Isabel II y el régimen político liberal», *ibid.*, pp. 63-74). Podemos considerar algo parecido a respeito de Maria II, que desde a restauração da Carta de 1843, se manteve sob a influência do moderantismo português, especialmente daquele que veio a ser considerado o seu «valido», Costa Cabral (v., a esse respeito, Maria de Fátima Bonifácio, *Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 133-152).

De igual modo, o exército, apesar de representar certos interesses corporativos, não deixou de constituir uma força instrumental com fins e interesses políticos e partidários. Deste ponto de vista, deveria antes falar-se da politização do exército do que da militarização da política. Entre a bibliografia clássica sobre esta questão e, em especial, da que tratou mais especificamente do século XIX, v. José Cepeda Gómez, *El Ejército en la Política Española (1787-1843)*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1990, pp. 17-18 e 372-374, Daniel R. Headrick, *Ejército Política en España (1866-1898)*, Madrid, Editorial Tecnos, 1981, pp. 134-135, e E. Christiansen, *Los Orígenes del Poder Militar en España, 1800-1854*, Madrid, Aguilar, 1974, pp. 155-156. Em relação a Portugal, v. Vasco Pulido Valente, *Os Militares e a Política (1820-1856)*, cit.

<sup>43</sup> Seguimos aqui a tese exposta em Maria de Fátima Bonifácio, *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002, pp. 245-271 e 287-290.



rente dos seus pressupostos máximos desde que as regras do jogo o incluíssem como um participante entre os outros. De facto, desde a *Patuleia*, se não antes, cada vez mais os líderes progressistas reconheciam a esterilidade, e inclusivamente o perigo, de qualquer tentativa revolucionária<sup>44</sup>. Daí que os *setembristas* portugueses reorientassem os seus fundamentos ideológicos e, sobretudo, a estratégia política a seguir, dispostos a assumirem a ordem legal estabelecida na Carta e a encontrarem novos meios para atingirem os seus objectivos políticos. Saldanha e os regeneradores souberam ver este novo posicionamento do progressismo, promovendo a entrada dos *setembristas* num novo sistema político que mantivesse continuidade com o regime anterior — e, por conseguinte, com o trono —, mas que eliminasse os hábitos e excessos que o conde de Tomar tinha tornado consubstanciais. Não obstante, para evitar qualquer risco de ruptura, a sua introdução devia ser feita sem a sua participação, motivo pelo qual Saldanha prescindira, no pronunciamento que derrubou Costa Cabral e que o alçou ao poder, de qualquer colaboração de elementos civis e revolucionários, transformando-o num movimento exclusivamente militar e alheio à intervenção e objectivos dos radicais. O Acto Adicional à Carta, que foi promulgado a seguir, servia perfeitamente para que os líderes progressistas pudessem, face às suas bases, aceitar um regime de aparente compromisso, mas que na realidade mantinha os fundamentos essenciais do regime da Carta<sup>45</sup>.

Conseguida a aceitação e a participação dos *setembristas*, a tarefa de Saldanha e, sobretudo, de Rodrigo da Fonseca consistiu em dar corpo ao novo Partido Regenerador, conseguindo a conversão de uma boa parte dos antigos *cartistas* e fazendo deste partido, e da facção *cabralista*, uma força completamente marginal no novo sistema político. Na realidade, o que se conseguiu foi esfumar as linhas delimitadoras entre os partidos, estabelecendo um novo espaço indefinido que favoreceu o fluxo de uns e outros por entre as diferentes facções que se foram formando<sup>46</sup>. Com isso, os dogmas partidários foram-se diluindo, possibilitando uma certa base de consenso em torno de um princípio que passou a ser substitutivo: a necessidade de uma aposta decidida pelo progresso material e espiritual da nação. Uma tábua rasa do ponto de vista ideológico, que obrigava os líderes políticos e os partidos a encontrarem novas definições e programas políticos e a marcarem as respectivas posições na arena política.

---

<sup>44</sup> Quanto à posição dos dirigentes *setembristas* durante a *Patuleia*, v. Maria Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

<sup>45</sup> Maria de Fátima Bonifácio, *Apologia da História Política*, pp. 182-191.

<sup>46</sup> Luis López de la Torre Aylón, depois de reconhecer o trabalho desempenhado pelo rei regente Dom Fernando no triunfo da *Regeneração*, sublinhava o papel desempenhado por Saldanha na «dissolução» dos partidos (despacho de 8 de Junho de 1857, AMAE, maço H-1691).

No tempo que durou a instauração da *Regeneração*, de 1851 a 1856, época que ficou conhecida como a «pax regeneradora», Saldanha e os seus ministros puderam actuar sem praticamente sofrerem qualquer tipo de oposição e, o que é ainda mais importante, sem que nos extremos do arco político se produzisse algum tipo de questionamento do novo regime que estava a edificar-se. Nem o miguelismo, que à data não dispunha de capacidade de mobilização nem de influência, nem os *cabralistas*, que se mantiveram fechados e estrangulados no apertado círculo da sua cada vez mais reduzida rede clientelar, dispuseram da força nem das intenções suficientes para representarem uma alternativa e constituírem uma ameaça. No caso dos radicais e proto-republicanos, embora no princípio ainda encarassem, no calor do pronunciamento militar, a possibilidade de uma transformação política maior do que a que veio a dar-se, defendendo, inclusivamente, a necessidade de fazer abdicar do trono Maria da Glória, depressa ficaram mudos e submissos dentro do bloco progressista. De facto, por essas alturas, democratas, radicais e republicanos não tinham uma organização própria, nem mesmo autonomia ideológica e programática suficiente, para constituírem um grupo à parte, capaz de actuar com independência e levar para a rua os seus projectos mais ambiciosos. De facto, não será antes de 1856, como já vimos, que se inicia o desenvolvimento da sua própria identidade política, embora dentro do Partido Histórico, constituindo-se na facção da *unha preta*, que, se bem que conseguindo introduzir no debate político os seus novos pressupostos ideológicos, não tratou de subverter em caso algum a ordem estabelecida.

Enquanto em Portugal, através da *Regeneração*, eram anulados ou neutralizados os extremos e os partidos se despiam dos esquemas e fundamentos dogmáticos, próprios das lutas políticas do segundo quartel do século XIX, dirigindo então os seus passos na procura de um lugar no novo centro político que se ia construindo, em Espanha as forças políticas pareciam ancorar-se nos seus fundos programáticos. Uma resistência que os partidos espanhóis levantariam, tornando estéril toda a tentativa de movimento que, a partir das próprias fileiras, pudesse procurar um mínimo espaço de entendimento, um ponto médio, que servisse de base para formar um regime político estável e assumido por todos. Para os moderados, na década de 1850 — e mesmo depois —, continuava, contudo, vigente a defesa obsessiva de uma ordem sacralizada, mantendo a todo o custo a estratégia de prevenção do perigo revolucionário. A assimilação que o moderantismo fez do regime, da monarquia e da Constituição de 1845 e o uso que fez das instituições em benefício próprio, com o jogo de interesses que implicava, impediam-no de abrir voluntariamente o acesso ao poder a outras forças políticas<sup>47</sup>. Posição que forçava um exclusivismo que tornava muito difícil,

---

<sup>47</sup> Um resumo dos diversos axiomas do moderantismo resultantes da conjuntura de 1848, com predomínio da «alternativa autoritária», em Pedro Carlos González Cuevas, *Historia*

se não impossível, conseguir que os progressistas aceitassem umas regras do jogo que lhes fechavam notoriamente as vias de participação política e que, em consequência, não podiam ver como próprias<sup>48</sup>. Os moderados mais imobilistas, apesar das múltiplas divisões e sectarismos que sofreu esta força política — e algumas delas, como a dos puritanos e a dos futuros unionistas, propensas a uma viragem que os conduzisse ao ponto médio —, mantiveram um peso específico que impediu qualquer mudança da orientação do partido. Podemos mesmo dizer que as posturas mais reaccionárias vieram a alimentar-se e colher força no carlismo, que agiu para alguns moderados como contrapeso às facções de cariz mais aberto. E, ainda que nos anos 1850 as lutas internas e o desgaste derivado de um exercício continuado do poder favorecessem, primeiro, o triunfo da revolução de 1854 e, decorrido o parêntesis moderado dos governos de Narváez, Armero e Istúriz, a permanência prolongada no governo do novo partido da União Liberal, isto não impediu que o moderantismo mantivesse o seu peso político e exercesse, depois de 1865, uma intensa força gravitacional capaz de abortar qualquer tentativa de transformação partida de dentro do regime vigente<sup>49</sup>.

Embora a responsabilidade original de que o sistema político em Espanha não encontrasse — ou não quisesse encontrar — as vias possíveis para alcançar a estabilidade política deva recair sobre os moderados, o progressismo tão-pouco pode ficar plenamente livre de culpa. Se é verdade que a interdição às instituições de que foram objecto desde 1843 justificava, em grande medida, o seu retraimento e até o recurso a meios extralegais para acederem ao governo da nação, é justo reconhecer que dispuseram de situações e oportunidades que podiam ter servido para facilitar o caminho para um espaço de entendimento e conciliação. Uma destas ocasiões desaproveitadas — talvez a de mais significado por se encontrar este partido nas tarefas

---

*de las Derechas Españolas. De la Ilustración a Nuestros Días*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2000, pp. 115-124; v. também a síntese de Jorge Vilches, «El liberalismo político en tiempos de Isabel II», in Carlos Dardé Morales (dir.), *Liberalismo y Romanticismo en Tiempos de Isabel II*, Madrid, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales-Patrimonio Nacional, 2004, pp. 122-129.

<sup>48</sup> A respeito da escassa — ou nula — vontade demonstrada pelo partido moderado em permitir o acesso legal dos progressistas ao poder, v. Fidel Gómez Ochoa, «Pero, ¿hubo alguna vez once mil vírgenes? El partido moderado y la conciliación liberal, 1833-1868», in Manuel Suárez Cortina (ed.), *Las Máscaras de la Libertad*, pp. 135-168. Esta tese contradiz as considerações de Seco Serrano, que tenta justificar a existência de uma posição conciliadora dentro do moderantismo, auspiciada, inclusivamente, pelo próprio Narváez (Carlos Seco Serrano, *Historia del Conservadurismo Español. Una Línea Política Integradora en el Siglo XIX*, Madrid, Temas de Hoy, 2000, pp. 10-11 e 108-110).

<sup>49</sup> Carlos Dardé aponta um fenómeno que afectou, paralelamente, tanto o partido moderado como o progressista, «a lei do suicídio dos partidos no poder», que os impediu de resolver com êxito as tentativas de criar um sistema estável de partidos (Carlos Dardé, «Los partidos y la vida política, 1854-1868: la ‘escabrosa alternativa’ de moderados, progressistas y unionistas», in *Liberalismo y Romanticismo en os Tiempos de Isabel II*, pp. 103-119).

governativas — constituiu-a o biénio. A orientação que o partido progressista imprimiu ao processo constituinte inaugurado em 1854 não procurou, de todo, o estabelecimento de um quadro normativo nem de uma *praxis* política que pudesse ser, a qualquer nível, assumida por alguma das facções do partido moderado. A estratégia maximalista que então encarnavam os progressistas, embora fosse temperada e matizada tanto pelos que anunciavam a sua futura renovação como pela obrigatória presença dos unionistas, não representava qualquer concessão aos que tinham até então detido o poder. De tal forma que a obra do biénio resultou ser voluntariamente estéril do ponto de vista de um possível acordo entre os grupos políticos, mesmo os mais centristas, que pudesse conduzir a um processo regenerador, ao estilo do que aconteceu em Portugal, com uns mínimos aceitáveis que pudessem assegurar a sua legitimidade e marginalizar os extremos. O que aconteceu foi precisamente o oposto. A Constituição de 1856 não chegou a ser aproveitável, nem sequer para os unionistas, e a política do governo — desde o novo processo desamortizador até ao relaxamento com que se permitia a actividade dos radicais — era considerada inteiramente inaceitável para os moderados<sup>50</sup>. Em consequência, o partido moderado manteve a sua intransigência política e os próprios unionistas renunciaram a ser companheiros de uma viagem que não os conduzia a parte alguma.

Truncada, em Julho de 1856, a passagem pelo governo dos progressistas, as suas possibilidades como ponte para a reconciliação diminuíram ainda mais. Apeados do poder, os mais moderados perderam ascendência no partido, que então viraria a sua estratégia para o «tudo ou nada» dos puritanos e para esgrimir a sua total ruptura com o regime vigente, tornada concreta no seu protesto contra «obstáculos tradicionais». Isto conduzia o progressismo à divisão interna — que os renovados iriam materializar, pouco tempo depois, com a sua inclusão no sistema patrocinado pela União Liberal — e à adopção maioritária do retraimento e da via insurreccional como princípios estratégicos, incapacitando o partido para aceitar as insinuações que, a breve trecho, receberia da União Liberal para participar na dinâmica política da década de 1860<sup>51</sup>. Esta posição adoptada pelos progressistas vinha justificar, precisamente, a atitude dos moderados, enchendo de razão aqueles que defendiam a ideia da persistência do perigo revolucionário e a necessidade de manter a sua exclusão de qualquer âmbito de poder. Por

---

<sup>50</sup> Em relação ao papel das Constituintes e ao resultado político desse papel, v. Diego Sevilla Andrés, *La Revolución de 1854*, Valência, Anales de la Universidad de Valencia, 1960, pp. 168-196.

<sup>51</sup> V. a difícil situação dos progressistas após o biénio e a sua responsabilidade na desestabilização do regime liberal devido à estratégia posta em prática de vitimização e do «tudo ou nada» dos puritanos — com Olózaga à cabeça — em Jorge Vilches, *Progreso y Libertad. El Partido Progressista en la Revolución Liberal Española*, Madrid, Alianza, 2001, pp. 53-77.

outro lado, o caminho empreendido pelos progressistas, orientado mais para a subversão da ordem do que para a participação política, convertia o Partido Democrata num centro de atracção para uma boa parte dos seus membros<sup>52</sup>. Isto fazia depender a ala esquerda do partido dos objectivos revolucionários e das estratégias insurreccionais propostas pela democracia, dificultando ainda mais toda a opção que pudesse reconduzir o progressismo a uma conciliação liberal. Para os progressistas, realmente — diferentemente dos *setembristas* portugueses, que mantiveram os radicais no seu seio —, a existência de um partido autónomo e independente no seu flanco esquerdo constituía um verdadeiro elemento perturbador da sua linha de acção<sup>53</sup>. Os democratas agiam, especialmente para os puritanos e os elementos mais extremistas do progressismo, como ponto de referência de todo o desvio da senda revolucionária que pudesse dar-se. Um contrapeso na linha de flutuação do partido que o obrigava a escorar-se nas posturas máximas do seu ideário e do seu programa político.

Em suma, os dois grandes partidos espanhóis — o moderado e o progressista — foram incapazes de promover e assumir um processo de conciliação liberal. A criação de um sistema político estável, baseado no respeito de uma ordem constitucional, garantia de toda a legitimidade, que permitisse a sua alternância no poder e excluísse as vias extralegais de aceder a ele, até então tão recorrentes, acabou por ser uma tarefa para a qual eles se tornaram, voluntariamente, incapazes. Em ambos os partidos triunfaram as posições e argumentos daqueles que defendiam a anulação do adversário, estabelecendo um círculo vicioso de ofensas e justificações mútuas, em que a exclusão e o imobilismo de uns derivavam no retraimento e no carácter revolucionário de outros. Desta forma, a luta política, alimentada a partir dos extremos pelo carlismo e pelo Partido Democrata, manteve uma inércia que os sectores mais temperados do moderantismo e do progressismo, detentores de uma certa ideia de compromisso, não tiveram possibilidade de romper. Esta experiência iria conduzir, no final da década de 1850, à criação de novos espaços políticos para que, para além dos partidos existentes, pudesse, finalmente, seguir-se a linha do entendimento e da conciliação. O testemunho passava para as mãos da União Liberal.

*Tradução de Diogo Costa*

---

<sup>52</sup> Quanto à participação dos progressistas na facção insurreccional dos democratas e à tendência filoprogressista destes, v. Antonio Eiras Roel, *El Partido Demócrata Español*, Pamplona, Estudio General de Navarra, Pamplona, 1961, pp. 230-237.

<sup>53</sup> A existência independente do Partido Democrata, separado do progressista, tem lugar na conjuntura de 1848 (Antonio Eiras Roel, *ibid.*, pp. 157-193; Demetrio Castro Alfín, *op. cit.*, pp. 59-67).